

Mídias digitais e dinâmicas de conflito em comunidades tradicionais: os quilombolas do Pará

Janine de Kássia Rocha Bargas¹
Rousiley Celi Moreira Maia²

Resumo: O tema do conflito aparece como central no momento atual da política brasileira. Observamos o acirramento de diferenças ideológicas e a redefinição de questões de interesse público, como as relacionadas a grupos tradicionais. Este artigo envolve uma pesquisa desenvolvida junto a grupos quilombolas do Pará. Examinamos as configurações e as dinâmicas de conflito nas interações em mídias digitais. Ao todo, 56 espaços distintos são analisados no Facebook e 14 grupos no Whatsapp, com uso de técnicas etnográficas, durante 24 meses. Adotamos as definições de Simmel e Honneth, que tratam o conflito como conceito norteador de processos subjetivação e socialização. Três situações de antagonismo são investigadas: conflito-interno, conflito-externo e conflito-amplo. Indagamos quais as formas em que esses tipos de conflito aparecem nas interações online e examinamos os aspectos da organização sociopolítica dos quilombolas que tais conflitos estão relacionados. Apontamos como ações políticas se originam na vida cotidiana e o papel do conflito na configuração de grupos sociais.

Palavras-Chave: Mídias Digitais. Quilombolas. Conflito.

Abstract: The theme of the conflict appears as a central issue in the current moment of Brazilian politics. We witness the intensification of ideological differences and the redefinition of issues of public interest, such as those related to traditional groups. This article involves a research about quilombola groups from Pará. We examine the configurations and the dynamics of the conflict in the interactions in digital media. Altogether, 56 distinct spaces are analyzed on Facebook and 14 groups in Whatsapp, using ethnographic techniques, for 24 months. We adopt the definitions of Simmel and Honneth, which treat conflict as a guiding concept of subjectivation and socialization processes. Three situations of antagonism are investigated: conflict-internal, conflict-external and conflict-societal-wide. We investigate the ways in which these types of conflict appear in online interactions and examine the aspects of the socio-political organization of the quilombolas that these conflicts are related to. We point out how political actions originate in everyday life and the role of conflict in shaping social groups.

Keywords: Digital Media. Quilombolas. Conflict.

Introdução

¹ Professora Adjunta do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

² Professora Titular do Departamento de Comunicação Social (DCS) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O tema do conflito aparece como ponto de foco no momento atual da política formal brasileira bem como no cotidiano da sociedade, evidenciado amplamente por meio da cobertura midiática. Assim como em outros países, observa-se o acirramento de diferenças ideológicas entre setores da sociedade e, ainda, a redefinição de questões de interesse público. No Brasil, as questões que envolvem povos e comunidades tradicionais, por exemplo, encontram-se em foco na cena política.

Neste estudo, buscamos examinar como tais formas de conflito ganham existência nas trocas comunicativas cotidianas no Whatsapp e no Facebook³. Isso porque, embora central ao entendimento de qualquer conflito social, a dimensão cotidiana e relativamente invisível das trocas comunicativas é de difícil apreensão, e, portanto, estudos sistemáticos nessa área ainda são raros em grupos tradicionais. A pesquisa é desenvolvida, assim, junto a grupos quilombolas do estado do Pará. Especificamente, 56 espaços distintos de trocas interativas desses sujeitos são examinados no Facebook, e 14 grupos no Whatsapp⁴.

Adotamos as definições de Simmel (2011) e Honneth (2003, 2013) que tratam o conflito como um conceito norteador dos processos subjetivação e socialização. Simmel (2011) chama atenção para o significado sociológico do conflito como um elemento-chave na conformação do social. Para Honneth (2013), o conflito aparece como uma força propulsora à formação de grupos e de ações políticas. Nesse sentido, ambos os pensadores tratam o conflito como forma de sociação, como elemento imanente à constituição e à reprodução social de agrupamentos. Assim, este estudo parte da premissa que o conflito é uma das formas de sociação mais vivas subjacentes às práticas comunicacionais e políticas.

Nosso propósito é examinar as distintas configurações e as dinâmicas do conflito nas interações em espaços de mídias digitais, que envolvem os quilombolas do Pará. Três situações de antagonismo são investigadas: **conflito-interno**, quando

³ Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida como tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), defendida em junho de 2018, com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Na tese, outras categorias, como mobilização e sociabilidade também foram analisadas.

⁴ É válido ressaltar que esta pesquisa faz parte de uma continuidade de estudos e de atuação política prévios da autora junto ao movimento quilombola do Pará, por meio do trabalho desenvolvido há cerca de oito anos com a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), entidade representativa desses grupos nas esferas de atuação política.

os oponentes são membros do mesmo grupo (conflito intra-grupal); **conflito-externo**, quando os oponentes são membros de outros grupos específicos (conflito intergrupar) e, ainda, **conflito-amplo**, quando o oponente é um ente abstrato (“a sociedade”, “o Sistema”, “o Estado” etc.). Indagamos quais as formas em que esses três tipos de conflito aparecem nas interações no Facebook e no Whatsapp e examinamos com quais aspectos da organização sociopolítica e das lutas dos quilombolas tais conflitos estão relacionados.

Para responder às questões, realizamos uma observação participante aliada a técnicas etnográficas, durante 24 meses, em 56 ambientes distintos no Facebook (páginas, perfis e grupos) e 14 grupos no Whatsapp.

Este artigo está dividido nas seguintes seções: na primeira, apresentamos e discutimos as bases conceituais do trabalho, com foco no conceito de conflito a partir de Georg Simmel e Axel Honneth, em diálogo com a literatura que aborda o tema do conflito em espaços online. Na segunda seção, abordamos alguns aspectos das realidades dos grupos quilombolas do Pará, a fim de destacar o conflito como elemento central ao longo da história de organização e ação coletivas deste grupo. Na terceira seção, descrevemos os procedimentos metodológicos, com a utilização de técnicas combinadas, em estudos sobre comunicação e política de natureza qualitativa. Na sequência, apresentamos as formas pelas quais o conflito ganha dinâmicas específicas nos espaços de interação online dos quilombolas do Pará, destacando os que chamamos de padrões de interação (conflito-interno, conflito-externo e conflito-amplo). Por fim, discutimos de que forma esses padrões interativos revelam aspectos das lutas sociopolíticas do movimento quilombola no Pará.

1. O conflito como um tipo de sociação e de motivação para a ação coletiva

Neste artigo, concentramos a análise sobre como práticas costumeiras, constituídas, reproduzidas ou modificadas de forma coletiva constituem a base da formação de sujeitos politicamente ativos, especialmente, no caso dos quilombolas do Pará. Dessa forma, partimos do conceito de sociação de Simmel (1983), enquanto formas de interação, que possibilitam a constituição de grupos sociais.

A sociação é assim a forma, isto é, as maneiras mais distintas possíveis pelas quais a interação acontece, pelas quais “os indivíduos se agrupam em unidades que

satisfazem seus interesses” (SIMMEL, 1983, p. 166). Em termos mais específicos, a sociação diz respeito a estar com um outro, para um outro e/ou contra um outro, isto é, a maneira pela qual desenvolvemos o conteúdo, a matéria dos indivíduos. As outras formas que dela resultam ganham vida e especificidade próprias conforme os conteúdos que lhes define. O Conflito emerge então como um tipo de sociação.

Diferentemente de um sentido estritamente positivo, o conflito aparece como uma força fundamental à função socializadora dos grupos (HONNETH, 2013). Para Simmel (2011), vale atentarmos ao significado sociológico do conflito como um elemento que configura e conforma grupos, associações, organizações etc. Nesse sentido, pode parecer curioso pensar no conflito como modo de sociação se os fenômenos que dele resultam podem ser nocivos à unidade de um grupo, por exemplo. Todavia, tanto para Simmel, quanto para Honneth, o conflito é uma das formas de sociação mais vivas, que, geralmente, impulsiona os sujeitos à ação.

Ao situar o tema no amplo espectro das preocupações das Ciências Sociais, Simmel (2011) ressalta que o conflito deve ser tratado como um fenômeno em-si. Dessa forma, tanto as relações que constituem a unidade de grupos sociais, quanto aquelas que visam neutralizá-la devem ser objetos da ciência das relações humanas. Entretanto, em cada uma delas, o conflito pode estar presente. Em outras palavras, “[...] as relações podem geralmente encontrar conflito em cada situação histórica concreta” (SIMMEL, 2011, p. 570).

Para a compreensão da importância do conflito como forma de sociação, Simmel explica que unidade, para os efeitos de sua reflexão, não significa “consenso ou concórdia” entre os indivíduos em interação, mas, como dito antes, unidade faz referência a uma síntese dos indivíduos, ou nos próprios termos do sociólogo, o “total do grupo-síntese de pessoas” (SIMMEL, 2011, p. 572).

Simmel também admite que os processos eminentemente sociais e os processos imanentes à constituição dos sujeitos comportam momentos de conflito. Do contrário, estaríamos falando de um sujeito ou de um grupo/sociedade de forma irreal.

O indivíduo não atinge a unidade de sua personalidade exclusivamente por uma harmonização exaustiva, de acordo com as normas da lógica, objetivas, religiosas ou éticas, do conteúdo de sua personalidade. Ao contrário, contradição e o conflito não apenas precedem esta unidade, mas são nele operativos a cada momento de sua existência. Da mesma forma, não existe

provavelmente nenhuma unidade social onde as correntes convergentes e divergentes entre os seus membros não estejam inseparavelmente entrelaçadas (SIMMEL, 2011, p. 570).

Nesse sentido, tanto os aspectos positivos quanto os “conflituosos” das sociedades são considerados relevantes, e o contrário da paz e da positividade das relações não seria o conflito, mas a indiferença. Esta sim romperia o processo de sociação. “Conflito é, portanto, destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio” (SIMMEL, 2011, p. 568). Essa natureza aparece mais claramente quando se percebe que ambas as formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente distintas da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. Se isso implica a rejeição ou a rescisão de sociação, a indiferença sim é puramente negativa.

Em contraste com tal negatividade pura, o conflito contém algo positivo. Em movimento, o conflito significa a instauração de uma relação em que um trabalha com e para o outro com o intuito de resolver contrastes. A “paz” é apenas uma possibilidade de implicação dessa resolução de contrastes. Seus aspectos positivos e negativos, no entanto, estão integrados: podem ser separados conceitualmente, porém não empiricamente.

Concebemos os aspectos do conflito como inerentes às formas de sociação é relevante para tratar a ideia de unidade e de discórdia e, ainda, para revelar possíveis marcadores do conflito no caso da análise das interações online entre os quilombolas do Pará. Seguindo o raciocínio até aqui desenvolvido, propomos que o conflito, visto como uma forma de sociação, não é a subtração entre unidade e discórdia, mas, sim, a sua soma. Por um lado, a discórdia, por exemplo, pode ser ruim sobre um aspecto do grupo em interação. Contudo, ela, por outro, não pode ter seu efeito negativo generalizado para outros aspectos. Isso porque “um quadro muito diferente emerge quando se vê o conflito em conjunto com outras interações não afetadas por ele” (SIMMEL, 2011, p. 573).

Na obra de Honneth (2003; 2013), o conflito aparece como ponto crucial que demarca as lutas. No processo em que os danos morais experimentados pelos indivíduos fornecem a motivação para a ação coletiva, esses dois planos – individual

e coletivo – são conectados na teoria honnetiana. Este autor, busca reconstruir teoricamente este elo a partir das obras de Hegel e Mead, ainda que esses últimos não tenham tematizado esse vínculo.

Para Honneth, a denegação das expectativas individuais nas relações intersubjetivas acaba por “despertar” no sujeito uma afetação negativa que o conduz a um “contrachoque”, a uma ação transformadora e, por assim dizer, “negativa” daquela condição. Inspirado na psicologia pragmática de John Dewey sobre o sentimento humano, Honneth (2003) atribui, a essas emoções negativas a capacidade de promover a ação. Sentimentos como a vergonha ou a ira são exemplos de como, na dependência do reconhecimento intersubjetivo, o sujeito reage quando suas expectativas de comportamento não são acolhidas.

É justamente nessa vivência da expectativa frustrada que reside um retorno reflexivo sobre à própria condição: “com o deslocamento da atenção para as próprias expectativas se toma consciência ao mesmo tempo do seu elemento cognitivo, isto é, o saber moral que conduziu a ação planejada e agora refreada” (HONNETH, 2003, p. 222).

A principal diferença entre Simmel e Honneth na abordagem sobre o conflito, está no peso dado ao caráter intersubjetivo que o gera, na perspectiva do reconhecimento – buscado ou denegado – segundo pretensões morais. Em nossa abordagem das interações online entre os quilombolas, inspiramo-nos em Simmel, a fim de pensar no conflito como forma de sociação e, em Honneth, para examinar, nas relações intersubjetivas e no horizonte de expectativas constituídas entre os parceiros de interação, o conflito como motivo da ação.

1.1. O conflito em espaços online de mídias digitais

Além da perspectiva sociológica, diversos trabalhos no âmbito da psicologia e da psicologia social têm discutido como o conflito é tratado e gerenciado entre os usuários de plataformas online (ISHII, 2010), ou mesmo qual a importância de aspectos como a sincronidade da conversação e a civilidade na relação com os interlocutores online contribuem para o engajamento na conversação (NG E DETENBER, 2005).

No primeiro caso, os trabalhos sugerem que, além de terem se consolidado nos anos recentes como espaços de manutenção de relacionamentos online, plataformas de mídia digitais também são espaços onde distintas formas de gestão dos conflitos podem ocorrer, devido à diversidade de laços possíveis entre os interlocutores (por exemplo, entre pessoas que já se conheciam antes da relação online, ou entre pessoas que não se conhecem pessoalmente), o tamanho de suas redes, os tópicos que tendem a se engajar ou a se afastar em função de sua visibilidade/privacidade.

Um estudo realizado por Ishii (2010), utilizou o autorrelato de 159 estudantes universitários, alunos do Departamento de Comunicação de uma Universidade ao Sul dos Estados Unidos, para investigar como as pessoas gerenciam seus conflitos em relacionamentos online. A investigação mostrou que os participantes que têm algum tipo de relacionamento online tendem a ser mais cooperativos na resolução de conflitos com pessoas mais próximas ou em relacionamentos em que pretendem investir para ganhos diversos no futuro. O contrário é verdadeiro: a resolução de conflitos tende a ser menos cooperativa quando não há proximidade ou perspectiva de manutenção de laços (ISHII, 2010).

Pesquisadores alinhados às perspectivas deliberacionistas também têm dado especial atenção às formas de discussão política em conversações online, considerando fatores como o conflito, o desacordo e a (in)civilidade (COLEMAN E FREELON, 2015; DAHLGREN, 2015; MAIA, 2014, 2018; MAIA E REZENDE, 2016; PAPACHARISSI, 2004; ROSSINI, 2017; STROMER-GALLEY, 2002). Para nossos propósitos, interessa destacar que que ambientes online podem fornecer múltiplos e diferenciados contextos de conversação para pessoas que não se envolveriam em discussões face-a-face (DENZIN E LINCOLN, 1998; STROMER-GALLEY, 2002).

2. Os quilombolas do Pará

O caso dos grupos quilombolas do Pará, tratado neste estudo, emerge como uma situação em que facilmente conseguimos observar, do ponto de vista conceitual do conflito aqui adotado, os abalos morais sofridos historicamente no Brasil pelos grupos de negros escravizados e seus descendentes. Há diversos estudos sobre o processo através do qual essas lesões converteram-se, intersubjetivamente, em lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003), ainda que a matriz honnetiana não seja

utilizad pelos pesquisadores (ALMEIDA, 2008, 2011; ARRUTI, 2008; CARDOSO, 2008; FARIAS JUNIOR, 2011; LEITE, 2008, 2015; MARIN E CASTRO, 1999).

Esse processo de compartilhamento de injustiças e de lutas pela sua reversão, ocorreu ao longo do tempo, desde a formação dos agrupamentos quilombolas, com suas formas próprias de reprodução da vida social, até a constituição de uma identidade étnica e coletiva. Consideramos ainda a construção de um arcabouço jurídico específico no Brasil, que se volta à consecução de direitos a esses grupos, bem como a organização política formal de muitos dos grupos na forma de movimento social (ALMEIDA, 2004; BARGAS, 2016; BENATTI, 2008; LEITE, 2008).

Historicamente, aos diversos graus de violências, os sujeitos escravizados resistiram e protestaram principalmente por meio de fugas e insurreições. As margens das cidades ou o ambiente rural, onde era mais difícil de ser recapturado individualmente, serviram como refúgios, onde se formaram agrupamentos coletivos que deram origem a pequenas comunidades. No Pará, negros escravizados foram levados de forma sistemática para a região cerca de 160 anos após terem sido introduzidos nos engenhos do interior do estado de São Paulo. Segundo Salles (2004), os negros direcionados à então província do Grão-Pará e Maranhão se ocuparam especialmente das lavouras e da pecuária. Em meio ao tortuoso processo de adaptação entre as matas locais, o entrelaçamento de conhecimentos e de outros aspectos culturais, como as práticas religiosas e de cura, negros e indígenas estabeleceram relações, por vezes conflituosas, mas também redes de solidariedade.

Foi a partir da memória de muitos desses sujeitos insurgentes da época que foram elaboradas centenas de estudos no século XX, sobre o que eram as chamadas terras de preto, terras de santo ou comunidades negras rurais (ALMEIDA, 2008; GOMES, 2015), antes de 1988, e sobre as chamadas comunidades remanescentes de quilombos, pós-Constituição Federal de 1988.

Após 1988, muitas das comunidades, segundo Marin e Castro (1999), demoraram para se inserir nos novos contornos das lutas quilombolas. Comunidades de origens e histórias semelhantes, mesmo já na metade da década de 1990, tinham dificuldades para mobilização e afirmação coletiva segundo o critério étnico definido na Carta Magna por estarem tradicionalmente diluídas nas associações ou sindicatos de trabalhadores rurais ou a entidades confessionais ligadas ao campesinato, sem

referência às suas especificidades históricas e sociais e à sombra do clientelismo regional (ALMEIDA, 2008; 2011).

Ao longo do tempo, o movimento quilombola como um todo passou, então, a agir sobre as pressões de forma sistemática por meio de sua estrutura organizativa, fundamentada em coordenações e associações, eventos políticos, como encontros e assembleias nacionais, estaduais, municipais e locais. Atualmente, no Pará, as associações são os principais e mais elementares dispositivos legais das comunidades e do movimento quilombola⁵. Sua coletividade é representada pela Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu).

Dessa forma, a luta pela titulação territorial tornou-se uma unanimidade no que diz respeito às demandas prioritária dos grupos quilombolas. A própria definição jurídica do quilombo contemporâneo na Constituição, ou das comunidades remanescentes de quilombos estabelece *a priori* a relação entre os sujeitos e o território como critério de autoatribuição. No entanto, outras agendas específicas também emergiram, como as políticas de reservas de vagas em universidades federais e o fortalecimento da organização sociopolítica das mulheres no interior do movimento quilombola.

No cenário atual de ampla difusão da telefonia móvel, a popularização dos *smartphones*, e da internet móvel, os quilombolas do Pará passaram a fazer uso de tais meios para fins de sua organização sociopolítica. E, além desses aspectos próprios dos dispositivos, a conexão móvel trouxe também novas propriedades no que diz respeito às práticas comunicativas: a mobilidade, que permite a conectividade em “qualquer” lugar, e a ubiquidade, referente à presença “permanente” no tempo de dispositivos tecnológicos e seus respectivos usos para fins de conexão à rede (KATZ, 2008; KATZ E GONZALEZ, 2016; LEMOS, 2009; MAIA, 2014, 2018; MANTOVANI E MOURA, 2013; PEARCE E RICE, 2013).

⁵ Faço aqui uma distinção entre comunidade e movimento quilombola por compreender que, embora a luta seja coletiva, o processo político institucionalizado que define o movimento quilombola e as lutas na esfera jurídica se distingue, justamente pela sua institucionalização, de outras ações coletivas que caracterizam os sujeitos não associados em suas comunidades. Tal distinção, no entanto, não destitui essas ações coletivas não institucionalizadas de seu caráter político.

No que diz respeito às apropriações dos quilombolas por tecnologias de acesso à internet e aos usos de mídias digitais, a mobilidade é um ponto-chave. Geralmente localizadas em zonas rurais do Pará, ou em relativa distância das maiores cidades, o acesso à internet ainda é precário e a conexão em banda larga ainda é exceção, tanto por questões econômicas, quanto infraestruturais. Para se manterem conectados, os quilombolas utilizam-se da via mais acessível economicamente (redes wi-fi públicas, como o Navegapará⁶, ou redes móveis 3G) ou da possibilidade de conexão via satélite⁷ ou ainda via rádio⁸.

O levantamento dos números sobre os usos da internet e as formas de conexão dos brasileiros, assim como a realidade dos quilombolas do Pará a esse respeito, revelam o Facebook e o Whatsapp como as duas plataformas digitais mais acionadas, principalmente nos seus formatos em aplicativos, já que os quilombolas se conectam primordialmente por meio de dispositivos móveis.

Na próxima seção, apresentamos os procedimentos metodológicos, para aprontar a conjugação de métodos e técnicas necessárias para a apreensão de práticas comunicativas tão imersas – e quase invisíveis – em análises sobre as interações cotidianas e as ações políticas.

3. Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa, prioritariamente qualitativa, utilizamos técnicas de etnografia visual e análise de conteúdo. A etnografia, enquanto método de pesquisa voltado à compreensão interpretativa e à observação pormenorizada de fenômenos, práticas e relações, é a principal base metodológica neste trabalho. Esse tipo de pesquisa está localizado como um dos principais paradigmas nas humanidades (DENZIN E LINCOLN, 1998). No entanto, mesmo diante da pertinência e do potencial da etnografia para a apreensão de fenômenos de forma pormenorizada, essa

⁶ Política pública do Governo do Estado do Pará que tem como objetivo a ampliação do acesso à internet publicamente. Além de ações formativas, o Navegapará consiste na instalação e manutenção de pontos de acesso à rede wi-fi pública. Atualmente, o Navegapará está presente em 83 dos 144 municípios paraenses (disponível em: <http://www.navegapara.pa.gov.br/cidades-digitais>).

⁷ Esse tipo de conexão é realizado por meio de um modem ligado a uma antena, em vez de cabos, que manda e recebe sinal direto de um satélite.

⁸ Nesse tipo de conexão, o sinal é transmitido através de torres localizadas em pontos com maior altitude e com boa visibilidade para uma antena de captação instalada na casa do usuário.

metodologia ainda é pouco utilizada em estudos de comunicação política (KENSKI E JAMIESON, 2017; LUHTAKALLIO E ELIASOPH, 2017).

Entre as principais vantagens da adoção da abordagem etnográfica estão: um olhar através de pontos de vista sobre o entendimento das instituições que abordagens mais tradicionais sequer tratam, o exame de novas formas de engajamento ainda não definido como político, e a expansão da análise sobre os modos de comunicação, incluindo comunicações verbais, não-verbais e virtuais, entre outras (LUHTAKALLIO E ELIASOPH, 2017).

A partir das relações prévias estabelecidas com lideranças quilombolas do Pará e do mapeamento de páginas, perfis e grupos em sites de redes sociais e aplicativos de mensagens, acompanhamos, desde 2015, práticas desses sujeitos nesses ambientes online. O período de observação online e de coleta de dados foi de 24 meses: de novembro de 2015 a novembro de 2017.

Nos 24 meses de observação e coleta de dados, interagi em 56 espaços distintos no Facebook, entre páginas, perfis e grupos, e participei de 14 grupos no Whatsapp 44 grupos. Entre as interações do Facebook, muitas delas já tinha sido estabelecidas em momentos anteriores à pesquisa, outras foram “buscadas” com o objetivo de garantir uma maior capacidade de generalização dos achados. Objetivamente, procurei fazer amizades com quilombolas de outras regiões do Pará, já que, até então, minhas principais interlocuções ocorriam com pessoas da região do Marajó. No Whatsapp, os grupos variam na sua composição e no número de membros, que oscilou de 3 a 97 integrantes

No caso da presente pesquisa, as APIs e as políticas de privacidade do Facebook impedem que outros aplicativos acessem bancos de dados de perfis individuais ou de grupos fechados, exatamente o “local” onde os dados que interessam a esta pesquisa estão. Assim, as capturas de telas, que já eram feitas de forma intuitiva como recorte da observação, passaram a ser a principal forma de coleta de dados. Usando o celular, o tablet e o computador pessoal, passei a registrar quase que diariamente as práticas de meus interlocutores. Além das capturas de tela, no caso do Whatsapp, utilizei e ferramenta de back up de conversas já disponível no aplicativo.

Em relação aos tipos de dados, analiso expressões isoladas e o fluxo da conversação, as postagens em texto e áudios, e os objetos multimídia, como memes, GIFs, vídeos e emojis. Nesse aspecto, a etnografia virtual (BOYD, 2017; MOROŞANU, 2016; PINK, 2015; PINK *ET AL.*, 2016) permite um olhar mais global sobre as formas de expressão, de forma contextualizada e, ao mesmo tempo, localizada segundo determinados referenciais e padrões identificados. Isso porque está fundamentada também na experiência do pesquisador como parceiro de interação.

Objetivamente, tanto as imagens capturadas das telas, quanto as respostas de questionários e os back ups dos grupos de Whatsapp foram analisados com o auxílio do software NVivo, versão 11. A partir de recursos específicos desse software, de análise de imagens, de cruzamento de dados e informações, produção de gráficos, construção de esquemas, procurei localizar os padrões de ocorrência de determinados aspectos já focalizados, bem como as “surpresas” próprias dos fenômenos sociais.

Com inspiração em técnicas de análise de conteúdo, contruímos um livro de códigos, que emergiu do material coletado, e o aperfeiçoamos a partir do entrelace entre os aspectos conceituais (relacionadas à categoria conflito, neste caso) e os empíricos. A codificação de cada variável foi binária.

Ao reportar resultados e achados, utilizamos trechos de falas, imagens e capturas de tela autorizadas. Essas informações são utilizadas e uma espécie de costura teórico-empírica-interpretativa na produção da análise

4. Resultados

Entre os resultados da pesquisa e do processo de sistematização dos dados, diagnosticamos **padrões de interação** específicos referentes ao conflito-interno, ao conflito-externo e ao conflito-amplo. Por meio desses padrões tornou-se possível perceber que o conflito tem influência tanto sobre o plano subjetivo, individual dos quilombolas, como um processo de subjetivação política que os move ao coletivo, quanto diretamente no plano coletivo, quando se desdobra em manifestações, protestos e outros tipos de ações em forma de estratégia do movimento social.

Nessa organicidade, destacam-se também agrupamentos específicos que ocorrem nos ambientes do Facebook e do Whatsapp. São eles: **a) alunos quilombolas universitários** (com as suas respectivas vinculações institucionais – UFPA, UFOPA, UNIFESSPA); **b) lideranças regionais** (reproduz em certa medida a lógica de organização regional da Malungu – 5 regionais: Salgado/Marajó, Tocantina, Bragantina, Nordeste Paraense e Baixo Amazonas – mas pode variar conforme o grau de organização das comunidades em cada região ou mesmo em função do acesso à internet nesses locais); **c) lideranças Malungu** (composta por membros do conselho Diretor da Malungu e por aqueles que trabalham no escritório de Belém); **d) juventude quilombola** (congrega, de uma forma geral, jovens de diversas comunidades de todas as regiões do Pará); **e) movimento quilombola** (formado por lideranças e não lideranças, quilombolas e não quilombolas, agentes de *advocacy*, do ou no Pará e de fora do estado); **f) comunidades** (geralmente correspondem às delimitações já tradicionalmente constituídas sobre sua comunidade ou território coletivo⁹); **g) lideranças Conaq** (reúne lideranças do Pará que têm articulação direta com a Conaq); **h) quilombolas e Estado** (unidade de constituição mais genérica que faz referência a agrupamentos interrelacionados por ações de Estado, como é o caso do Núcleo de Apoio às Populações Indígenas e Quilombolas do Pará (Nupinq)¹⁰, por exemplo); **i) mulheres negras quilombolas** (composto por lideranças de diversas comunidades e regiões do Pará e integrantes de outros movimentos sociais que, juntas, articulam pautas específicas sobre as mulheres no interior do movimento quilombola).

4.1. Conflito online e padrões de interação

Nas interações online entre os quilombolas, a ocorrência de conflitos só é percebida na compreensão do contexto. Em poucos casos, cerca de 18,8%, foram codificados entre todo o material coletado. Quando essa categoria foi identificada,

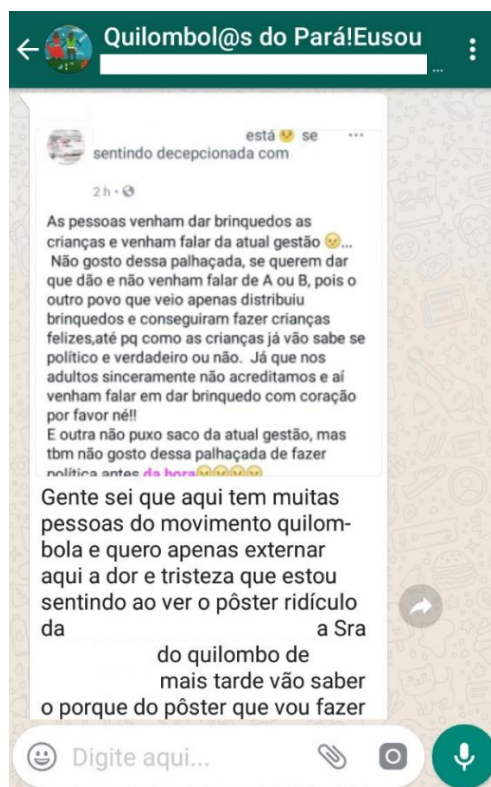
⁹ A constituição formal das comunidades ou dos territórios quilombolas pode se dá em função da forma como a comunidade foi titulada ou como pleiteia a titulação territorial junto ao Incra ou ao Iterpa. Assim, a denominação de uma comunidade pode corresponder a apenas uma delas ou a um território que contem mais de uma. Por exemplo: existe o território quilombola de Jambuaçu, localizado no município de Moju, Nordeste paraense. Fazem parte desse território 15 comunidades que tiveram sua titulação coletiva.

¹⁰ Órgão vinculado à Casa Civil do Governo do estado do Pará.

podemos notar a ocorrência de embates internos, como por exemplo, entre lideranças, e conflitos externos, com representantes políticos considerados ilegítimos pelas associações filiadas à Malungu. Foi observado ainda um plano mais amplo de conflito, a exemplo do racismo ou de situações de injúria racial. Ou seja, conflitos ou danos individuais ou coletivos relacionados a agentes externos e antagônicos ao movimento ou às suas demandas. Nesse sentido, os padrões de interação online relacionados ao conflito classificados foram: **conflito-interno**, **conflito-externo**, **conflito-amplo**.

4.1.1. Conflito-interno

Conflito-interno Quando ocorre o padrão **conflito-interno**, ou seja, quando o conflito ocorre no mesmo agrupamento, ou ele é exposto de forma sutil em ambas as mídias digitais, ou é resolvido “no pv”¹¹, ou seja, num espaço privado de interação onde somente os interlocutores envolvidos resolvem a situação. A não ser que ele já tenha sido amplamente exposto para além dos espaços online, como é o caso do exemplo a seguir:



¹¹ Essa expressão é considerada parte da linguagem específica das mídias sociais. Aqui “pv” significa “privado”, ou seja, longe dos grupos e da exposição.

FIGURA 6 – Conflito no Whatsapp. Conflito entre lideranças. 24 dez. 2017
Fonte – elaboração própria / pesquisa

De forma geral, os conflitos-internos expressam insatisfação sobre atos de lideranças nas comunidades e nos agrupamentos online, discórdia sobre soluções para problemas, insucessos sobre ações de mobilização para fins específicos, como a emissão de documentos que habilitam candidatos a disputarem vagas nas universidades federais.

Alguns conflitos internos guardam relações com lutas mais amplas, que atravessam o cotidiano do grupo e geram, através de embricamentos particulares, demandas específicas, como as das mulheres quilombolas. Questões como o machismo e o combate à violência contra as mulheres, largamente pautadas pelos movimentos feministas, têm lugar no interior do movimento quilombola por meio da articulação feminina. Nos ambientes de mídia digital, essas pautas ocorrem principalmente nos agrupamentos online das mulheres negras quilombolas. Na maior parte dos casos, as mulheres, tradicionalmente as responsáveis pela formação dos filhos e pela cozinha nos quilombos, questionam situações de violência doméstica, machismo e pedem igualdade de oportunidades no interior dos agrupamentos quilombolas.

Dessa forma, o padrão conflito-interno faz referência a embates entre os próprios quilombolas. Ele manifesta a existência de sub-grupos e de hierarquias internas que também servem à percepção dos sujeitos sobre como se posicionar no interior dos agrupamentos online: quem são os aliados mais próximos, com quem posso me articular, que tipos de coerção pode haver entre “nós”. Trata-se do que Honneth (2003) fala sobre uma abertura para possibilidades de outras identidades intra-grupo. Esse tipo de padrão acaba funcionando, também, como uma forma de regulação dos agrupamentos online quando promove uma espécie de “seleção” entre aliados mais próximos e outros nem tanto.

4.1.2. Conflito-externo

O conflito-externo emerge com frequência nos casos em que direitos são violados e não são devidamente acompanhados ou encaminhados pelos órgãos de Estado competentes – por exemplo, morosidade no processo de titulação territorial –

, em fatos que envolvem grandes empresas mineradoras e do agronegócio ou fazendeiros de médio porte (“eles”) e a interferência ou influência nos territórios quilombolas (“nós”), ou mesmo quando um agente externo à configuração dos grupos, seja como liderança, ou como comunitário, interfere nas práticas de associação e representação dos interesses do grupo ou do movimento como um todo.

No exemplo apresentado na Figura 8, é possível notar o padrão conflito-externo, expresso no Facebook, em que o embate é externo ao agrupamento online Movimento Quilombola.



FIGURA 7 – Conflito no Facebook. Conflito sobre representatividade. 13 abr. 2016
 Fonte – elaboração própria / pesquisa

Ocorria, neste momento, uma crise de representatividade no movimento quilombola. A situação foi desencadeada pelo “aparecimento” de uma liderança não vinculada à Malungu, nem à Conaq. Essa liderança fundou uma nova organização representativa denominada Federação dos Quilombolas do Estado do Pará e, segundo diversas lideranças já consolidadas do movimento no estado, tem agido de

forma a desmobilizar o movimento, provocando um racha. Isso aconteceria por meio de promessas de apoios de órgãos do Estado e de realização de ações e políticas públicas em prol das comunidades quilombolas. Ainda de acordo com as lideranças, essa Federação não possui nenhum vínculo com as instâncias do movimento que historicamente representam as comunidades remanescentes de quilombos em processos de titulação territorial, outros tipos de ações judiciais, bem como em campanhas e outros atos mais abrangentes. Esta situação, portanto, caracteriza um conflito ainda não solucionado, tendo em vista que até o momento de escrita deste artigo ainda ouvi casos de embates entre as lideranças consideradas legítimas do movimento e a atuação desta nova Federação.

O post apresentado na Figura 8 foi feito pela esposa do presidente da Federação. No texto, ela denuncia possíveis atos de corrupção de uma das lideranças mais consolidadas do movimento quilombola na região da Ilha do Marajó. Esse post, embora não tenha rendido muita discussão no perfil da autora – mas, mesmo assim, chegou a ter 13 compartilhamentos – gerou grande movimentação nos agrupamentos online regionais.

O conflito-externo, por sua vez, faz a mesma regulação, mas entre quilombolas e não quilombolas. De uma forma mais fina, o padrão conflito-externo define, a partir do conflito, quem são os atores sociais antagônicos à coletividade quilombola e demarca, portanto, ao mesmo tempo, o motivo e a direção da luta política. Esse padrão serve para definir, ainda, momentos mais específicos de ação, conforme foi possível observar no exemplo da Figura 8, em que foi colocada em questão da representatividade política de algumas lideranças.

4.1.3. Conflito-amplo

Nesse caso, o conflito faz referência explícita a uma lesão moral ampla, ou seja, que atinge todos os quilombolas, independentemente da grupo ou posição que ocupa no movimento quilombola.

O padrão conflito-amplo serve como um marcador patente do desrespeito e da lesão moral que une os sujeitos em uma no movimento social como um todo. Ele faz com que os parceiros de interação tomem conhecimento dos motivos morais que os

movem à luta e promove, por conseguinte, um reforço do quê realmente significa ser quilombola, neste caso. Ele ajuda a conectar experiências de desrespeito individuais e traz à tona, ainda, numa perspectiva histórica, situações passadas de lesões morais a que foram submetidos os antepassados e que deram origem, por exemplo, às pautas raciais e, mais especificamente, à luta pelo território.

Na Figura 9 a seguir, observamos um caso do padrão conflito-amplo, por meio da publicização, no Whatsapp, de uma situação de desrespeito:



FIGURA 8 – Conflito no Whatsapp. Injúria Racial. 25 jul. 2016

FONTE – elaboração própria / pesquisa

O conflito-amplo aparece no exemplo acima como um caso de injúria racial contra uma aluna do curso de Etnodesenvolvimento no campus da UFPA, no município de Soure, vizinho a Salvaterra. A publicização da situação é apresentada na combinação de diversos tipos de texto: com texto verbal, emojis que revelam uma autoafirmação positiva da pele negra; hashtags que funcionam, nesse caso específico, como um fator de agitação, como uma tentativa de estimular o engajamento a uma “campanha” contra o racismo.

Nesse caso, o autor do post faz alusão explícita a direitos (igualdade racial) em um comportamento que funciona, por meio do caso concreto. Ao afirmar “hoje foi com ela amanhã pode ser com qualquer um de nós...”, o autor do post faz um chamado à consciência do dano causado à pessoa alvo de injúria racial, mas, principalmente a todas e todos quilombolas.

Vale destacar, ainda, a partir desse exemplo, a emergência de uma ação de solidariedade grupal, em que todos compartilham do mesmo “status” moral, diante de uma situação de desrespeito. Nesse contexto, ganha destaque a noção de autorrespeito – como formulou Honneth – na medida em que a esfera do Direito é mencionada (“Vamos fazer um documento amanhã enquanto centro acadêmico [...]”) como a via para remediar a situação de ofensa.

Por fim, o chamado para uma ação solidária, coletiva, reativa a uma lesão compartilhada por todos enquanto quilombolas é orquestrado de forma respeitosa. A linguagem utilizada não aponta ódio ou ofensa a quem não é quilombola, a despeito da gravidade da situação. De outra forma, é buscada uma via de colaboração, uma ação de luta solidária e coletiva.

Assim, o conflito, de uma forma geral, como já discutido até aqui, se apresenta como o ponto de partida das lutas sociais (HONNETH, 2003). No material coletado e codificado sobre as interações dos quilombolas no Facebook e no Whatsapp, foi possível observar expressões distintas dos conflitos que funcionam como gatilhos para sentimentos de injustiça e sua respectiva transformação em ação.

Sobre os aspectos que dizem respeito a esses padrões de interação, com a baixa ocorrência de conflitos identificada, não é possível associá-los, de forma generalizada, a recursos específicos das mídias digitais ou a uma mídia digital particular. No entanto, vale ressaltar que o caráter privado e mais íntimo propiciado pelo Whatsapp favorece a explicitação desta forma particular de sociação, de modo a não expor vulnerabilidades a “outros” ou mesmo a facilitar, por meio da comunicação instatânea, a construção de situações-solução.

Notamos também que, mais recentemente, esses conflitos têm vindo à tona com mais frequência, especialmente os tipos conflito-externo e conflito-amplo. Um dos fatores que podem influenciar esse fenômeno mais recente seja o ingresso cada vez maior de integrantes dos agrupamentos online dos Estudantes Quilombolas

Universitários e uma maior articulação entre os agrupamentos online Regionais. Aprofundarei na próxima seção a relação desses padrões de conflito online se relacionam com as lutas por território dos quilombolas do Pará, na perspectiva das dimensões da teoria do reconhecimento (HONNETH, 2003).

5. Discussão

Quando o conflito, como forma de sociação, ocorre e repercute de forma notável, sua ocorrência é mais frequentemente observada nos agrupamentos regionais, em que lideranças de comunidades próximas, pela perenidade de suas relações já consolidadas no movimento, encontram maior liberdade para externá-los.

Embora codificados como uma categoria menos frequente nas interações online, o conflito deixa ver algumas nuances sobre *como* interfere nas interações e nas lutas. Nesse sentido, é a autorrelação prática nomeada por Honneth (2003) como autorrespeito a que está mais vinculada à questão do conflito. O autorrespeito é “exercitado” na medida em que os interlocutores estão imputados moralmente e individuados biograficamente. Em outros termos, quando eles têm a pretensão de reconhecimento não apenas pela confirmação de uma coletividade, mas também pelas contribuições das suas diferenças individuais.

Uma vez que o sujeito partilha necessariamente as capacidades vinculadas com todos os seus concidadãos, ele não pode referir-se, ainda, como pessoa de direito, àquelas propriedades suas em que ele se distingue justamente de seus parceiros de interação (HONNETH, 2003, p. 139).

Os padrões de conflito dizem, portanto, das possibilidades inesgotáveis de identidade individuais e, conseqüentemente, do contraste que elas fazem com outras identidades. Daí que emergem as distinções entre os padrões interativos online relacionados ao conflito (conflito-interno, conflito-externo, conflito-amplo).

A explicitação de conflitos em interações online contribui para identificar e compartilhar embates de toda natureza. Em outras palavras, as interações online, potencialmente deixam à mostra tanto as lesões individuais quanto as coletivas, e possibilita outras identificações ou refutações entre os interlocutores.

No padrão conflito-interno, são percebidas as dissimetrias das posições ocupadas pelos sujeitos, ou seja, diferentes processos de “individualização progressiva” (HONNETH, 2003, p. 144). É o caso apresentado na Figura 7 (Conflito no Whatsapp. Conflito entre lideranças), em que lideranças do agrupamento Movimento Quilombola (grupo Quilombolas do Pará) expõem posicionamentos distintos em relação às alianças políticas firmadas por cada uma individualmente.

Sobre as proposições de Honneth em relação à constituição do autorrespeito como uma autorrelação prática advinda da esfera jurídica, há de se fazer uma consideração: para o autor, e também para Hegel e Mead, em quem se inspira, o autorrespeito só pode ser considerado como pretensões de reconhecimento universalizadas sob a forma do Direito e, portanto, numa perspectiva histórica, a partir das sociedades pós-tradicionais e com o advento do Estado moderno.

No entanto, na cosmovisão dos quilombolas, constituída por meio de práticas jurídicas internas plurais, a noção de autorrespeito não está estritamente vinculada a normas legais modernas, tal como a Constituição de 1988, tão importante nas lutas contra atores sociais antagônicos. Internamente, normas não institucionalizadas, mas com força de lei, sempre compuseram o universo dos quilombolas enquanto agrupamentos sociais que não compartilhavam, mesmo em seu início, dos ideais do Estado moderno.

O estudo de Cardoso (2008) deixa evidente a formulação de códigos de conduta, regras de usufruto do território, de divisão de heranças, entre outras. Trata-se do que o autor chama de ordenamento jurídico próprio dos quilombolas, que define, a despeito das normas atualmente institucionalizadas, os sujeitos de direito locais. Decorre disso, a importância de ratificar que a luta dos quilombolas não se inaugura em 1988. Assim, atualmente, é possível demarcar a importância de normas jurídicas para a conformação do autorrespeito entre os quilombolas, mas não é possível dizer que sempre foi assim e que ele só se apresenta a partir de marcos oficiais.

Nas interações online, os conflitos tornam evidentes as diferentes definições dos quilombolas de quem é considerado sujeito de direito. De uma forma geral, no padrão conflito-interno, é possível dizer que os parceiros de interação consideram-se mutuamente como imputáveis moralmente a ponto de se fazer conflitar de maneira explícita ou mesmo, a princípio, a se envolver em um embate entre pares. A

publicização dessas situações acaba contribuindo, de outra forma, para o posicionamento de outros interlocutores em momentos e papéis no interior dos agrupamentos online e, em última instância, do movimento quilombola.

De forma distinta, o conflito-externo expõe aqueles que não compartilham do mesmo ordenamento jurídico – institucionalizado ou não. Agentes antagônicos são identificados quando embates externos são visibilizados no Facebook e no Whatsapp (ver o caso da Figura 8 - Conflito no Facebook. Conflito sobre representatividade). Esse padrão pode abrir uma espécie de janela de oportunidades para articulação interna e fortalecimento da coesão do grupo, ou de constrangimentos, levando ao seu enfraquecimento. Dependendo do nível de publicidade conferido em situações de conflito-externo (somente dentro de agrupamentos online específicos, ou entre unidades distintas ou entre as unidades e os *media*, por exemplo), e do seu imbricamento com outros padrões relacionados à mobilização, o conflito-externo torna possível que os quilombolas extrapolem os limites de sua moralidade específica, ampliando-a socialmente, nos termos de incorporação de suas lutas por outras coletividades.

Especialmente no que tange ao padrão conflito-amplo, há uma referência a lesões morais que atingem indistintamente todos aqueles que se identificam como quilombolas. Esse é o caso apresentado no exemplo da Figura 9 (Conflito no Whatsapp. Injúria Racial). Ele está relacionado à condição de ser negra/o, ter especificidade étnica (religiosa, de auto-expressão, ancestralidade etc.), ser amazônida, que se reproduz de forma coletivizada, distintamente da racionalidade capitalista, entre outras diferenças.

Em um segundo plano, é possível dizer que, especialmente o padrão conflito-externo tem a ver com a dimensão da auto-estima. Isso porque embates provocados por diferenças entre o valor socialmente definido sobre as identidades gera dissimetrias de poder entre os quilombolas e os agentes sociais que se colocam contra seus direitos.

Essa reflexão leva a perceber que o conflito, de fato, ocupa lugar crucial como motivador das lutas. Ao mesmo tempo, a expressão online das diferentes formas de conflito, se conjugadas podem levar o movimento ou a implodir, no sentido de provocar

rompimentos internos, ou a ampliarem seus horizontes morais para outros grupos sociais.

Conclusão

Nesse sentido, a demonstração dos dados empíricos, sistematizados e codificados, cumpriu a função de contribuir para estudos sobre movimentos sociais e lutas políticas, na medida em que chamou atenção para a constituição mesma das interações e como elas podem se transformar em resistência política. Parte de sua colaboração reside ainda no fato de que se concentrou, conjuntamente, em categorias consideradas na literatura como particularmente importantes a esses estudos, no entanto mais comumente analisadas de forma ampla ou separada. Na perspectiva do reconhecimento, ela buscou, com a noção de interações online de um grupo sociais específico, materializar a noção de intersubjetividade, tão central nessa linha teórica, bem como revelar como as dimensões do reconhecimento podem ser diferentemente traduzidas ou compreendidas conforme as realidades específicas dos grupos investigados.

Ao associar essas perspectivas conceituais, a abordagem deste trabalho é particularmente importante porque contribui para revelar como ações políticas se originam no seio da vida cotidiana. Neste sentido, este estudo também contribui para lançar luz, de modo concreto e ilustrativo, no papel do conflito na configuração de grupos sociais, a partir de uma visão multidimensional (conflito-interno, conflito-externo e conflito-amplio). Por fim, este trabalho, ao lançar um olhar sobre os grupos tradicionais, os quilombolas do Pará, ajuda a especificar tensões sobre as tecnologias digitais enquanto ambientes contemporâneos em que esses conflitos ocorrem.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. DE. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9, 31 maio 2004.

_____. **Terras de quilombos, terra indígenas, 'babaçuais livres', "castanhais do povo", faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. 2a ed ed. Manaus, AM: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2008.

_____. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus, AM: UEA Edições, 2011.

ARRUTI, J. M. Quilombos. *In*: PINHO, O. A.; SANSONE, L. (Eds.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2a ed. rev ed. Salvador: ABA : EDUFBA, 2008. .

BARGAS, J. DE K. R. **Entre Lutas, Normas e Contra-Normas: uma discussão sobre o reconhecimento jurídico de comunidades quilombolas do Pará** Anais VII Seminário Nacional de Sociologia & Política. **Anais... In**: VII SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA & POLÍTICA. Curitiba-PR: 2016 Disponível em: <http://e-democracia.com.br/sociologia/anais_2016/pdf/GT15-14.pdf>

BENATTI, J. H. A Criação de Unidades de Conservação em Áreas de apossamento de populações Tradicionais. **Novos Cadernos NAEA**, v. 1, n. 2, 17 dez. 2008.

BOYD, D. Êxodo branco em redes sociais? Como raça e classe moldaram o envolvimento de adolescentes estadunidenses com MySpace e Facebook. **Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM**, v. 5, n. 1, p. 19–35, 29 jun. 2017.

CARDOSO, L. F. C. **A constituição local: direito e território quilombola em Bairro Alto, Ilha do Marajó, Pará**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

COLEMAN, S.; FREELON, D. (EDS.). **Handbook of digital politics**. Cheltenham, UK ; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2015.

DAHLGREN, P. The internet as a civic space. *In*: COLEMAN, S.; FREELON, D. (Eds.). . **Handbook of digital politics**. Cheltenham, UK ; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 14–34.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (EDS.). **Collecting and interpreting qualitative materials**. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications, 1998.

FARIAS JUNIOR, E. DE A. Negros do Guaporé o sistema escravista e as territorialidades específicas. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP**, v. 5, n. 2, 2011.

GOMES, F. DOS S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo, SP: Claro Enigma, 2015.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed34, 2003.

_____. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, v. 15, n. 33, p. 56–80, ago. 2013.

ISHII, K. Conflict Management in Online Relationships. **Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking**, v. 13, n. 4, p. 365–370, 3 abr. 2010.

KATZ, J. E. (ED.). **Handbook of mobile communication studies**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2008.

KATZ, V. S.; GONZALEZ, C. Toward Meaningful Connectivity: Using Multilevel Communication Research to Reframe Digital Inequality: Multilevel Research on Digital Inequality. **Journal of Communication**, v. 66, n. 2, p. 236–249, abr. 2016.

KENSKI, K.; JAMIESON, K. H. (EDS.). **The political handbook of political communication**. New York: Oxford University Press, 2017.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965–977, dez. 2008.

_____. The Brazilian quilombo: ‘race’, community and land in space and time. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 6, p. 1225–1240, 2 nov. 2015.

- LEMOS, A. Cultura da Mobilidade. **Revista FAMECOS**, v. 16, n. 40, p. 28–35, 2009.
- LUHTAKALLIO, E.; ELIASOPH, N. Ethnography of Politics and Political Communication. 27 jul. 2017.
- MAIA, R. Struggles for Recognition in the Digital Era. *In: Recognition and the Media*. London: Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 103–122.
- _____. **Mídia e Lutas por Reconhecimento**. São Paulo: Paulus, 2018.
- MAIA, R. C. M.; REZENDE, T. A. S. Respect and Disrespect in Deliberation Across the Networked Media Environment: Examining Multiple Paths of Political Talk. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 21, n. 2, p. 121–139, 2016.
- MANTOVANI, C. M. C. A.; MOURA, M. A. The Construction of Contemporary Mobility. **Academic Journal of Interdisciplinary Studies**, 1 out. 2013.
- MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. M. R. DE. Mobilização política de comunidades negras rurais. Domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, dez. 1999.
- MOROŞANU, R. **An Ethnography of Household Energy Demand in the UK**. New York: Palgrave Macmillan US, 2016.
- NG, E. W. J.; DETENBER, B. H. The Impact of Synchronicity and Civility in Online Political Discussions on Perceptions and Intentions to Participate. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 10, n. 3, 1 abr. 2005.
- PAPACHARISSI, Z. Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. **New Media & Society**, v. 6, n. 2, p. 259–283, abr. 2004.
- PEARCE, K. E.; RICE, R. E. Digital Divides From Access to Activities: Comparing Mobile and Personal Computer Internet Users: Digital Divides From Access to Activities. **Journal of Communication**, v. 63, n. 4, p. 721–744, ago. 2013.
- PINK, S. **Doing sensory ethnography**. 2. ed ed. Los Angeles, Calif.: Sage, 2015.
- _____. (EDS.). **Digital ethnography: principles and practice**. Los Angeles: SAGE, 2016.
- ROSSINI, P. G. DA C. **Conversação Política, Incivildade e Intolerância em Ambientes Digitais**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- SIMMEL, G. **George Simmel: Sociologia**. Tradução Carlos Alberto Pavanelli *et al.* São Paulo: Ática, 1983.
- _____. O conflito como sociação. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, p. 568–573, 2011.
- STROMER-GALLEY, J. New Voices in the Public Sphere: A Comparative Analysis of Interpersonal and Online Political Talk. **Javnost - The Public**, v. 9, n. 2, p. 23–41, jan. 2002.